



## O papel da Petrobrás no governo Lula

### Carta da FUP ao novo Presidente da Petrobrás – Jean Paul Prates

A FUP e seus sindicatos parabenizam vossa excelência pela aprovação no Conselho de Administração como novo presidente da Petrobrás, o que esperamos represente o início de uma nova era em direção ao crescimento e à retomada do papel da empresa como indutora do desenvolvimento econômico e social do país.

A categoria petroleira sempre esteve mobilizada na luta em defesa da Petrobrás e da exploração equilibrada do petróleo e gás natural no Brasil, garantindo o desenvolvimento da indústria nacional e a geração de mais e melhores empregos em nosso país. Nossa luta é também por uma transição energética justa, que garanta que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à energia a um preço justo, bem como a criação de empregos de qualidade nos segmentos produtores de renováveis, para que possam aumentar a sua participação na matriz energética nacional e, assim, mitigar os efeitos do aquecimento global.

Sabemos que os desafios dessa luta são enormes, pois os interesses do capital financeiro de curto prazo têm contaminado a atuação da Petrobrás. Se nos tempos do governo do PT, a estatal brasileira se consolidou como uma empresa integrada de energia, atuando do poço ao poste, com investimentos crescentes em renováveis, atualmente tem priorizado a remuneração do capital financeiro, se desfazendo de ativos para pagar altos dividendos aos grandes fundos de investimento nacionais e internacionais. A Petrobrás vem sendo preparada para atuar quase que exclusivamente como uma produtora de petróleo e gás natural, principalmente na província do pré-sal.

Neste sentido, a FUP apresenta abaixo a pauta de interesse da categoria petroleira, seja em relação a atuação da Petrobrás e do Governo Lula, assim como para a reconquista de direitos perdidos pelos trabalhadores ao longo dos últimos 7 anos.

Temos consciência de que o processo de desmonte da Petrobrás - iniciado com a Lava Jato e o posterior golpe contra a presidenta Dilma Rousseff - coloca um grande desafio para a empresa voltar a esse patamar, mas os petroleiros discutiram profundamente este tema na Plenária Nacional da FUP, em agosto de 2021, e encaminharam como Carta ao então candidato Lula nas eleições nacionais de 2022. Além disso, os petroleiros também entendem que é possível e necessário recuperar paulatinamente o protagonismo da estatal na indústria nacional. Elencamos abaixo, portanto, as principais propostas dos petroleiros para reconstrução de uma Petrobrás forte, que volte a atuar do poço ao poste.

**1.** A Petrobrás deve implantar uma política de preços justos para os combustíveis adotando como parâmetro para definição dos preços não só o mercado internacional, mas também os custos e a sustentabilidade da indústria. Com base na experiência dos governos do PT, entendemos que o gás de cozinha, a gasolina e o óleo diesel devem ter tratamento diferenciado, devido a importância destes itens no custo de vida da família brasileira. A implantação de um estoque

regulador de derivados; a criação de um imposto sobre exportação de petróleo cru, de modo a capitalizar um fundo moderador dos preços de derivados (com a participação da sociedade e dos trabalhadores na gestão) e o fim da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) são elementos da política de preços defendidas pelos petroleiros.

**2.** Resgate da empresa integrada, com atuação em todos o território nacional. Para tanto, é necessário o retorno dos investimentos em tecnologia, pesquisa e inovação, privilegiando as parcerias com as universidades públicas, bem como a retomada dos investimentos na Universidade Petrobras. Deve resgatar a atuação em todos os elos da cadeia do setor, como retorno em setores como transporte, distribuição, comercialização, novas fontes de energia, fertilizantes e petroquímica. Também é importante a retomada dos investimentos sociais, em cultura, meio ambiente e esportes, como forma de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade e recuperar o prestígio da marca da empresa junto aos brasileiros.

**3.** O Estado brasileiro deve criar as condições para a construção de uma Petrobrás 100% pública, em que a União detenha a totalidade do capital social, tendo como foco principal a retomada das ações alocadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esta situação compromete nossa soberania energética, pois submete a Petrobrás às leis de outra nação, condição que dificulta, em muito, a atuação da empresa como indutora do desenvolvimento nacional. A experiência dos governos do PT, quando a participação da União no capital social da empresa cresceu, mostra que esse caminho é possível e, diante da ganância dos fundos de investimentos internacionais, necessário.

**4.** A Petrobrás deve paralisar todos os processos de privatização de ativos em andamento e constituir um processo de investigação com ampla participação da sociedade para analisar todos os movimentos de venda de ativos realizados nos últimos cinco anos, com o objetivo de reestatizar o que for possível, principalmente ativos considerados estratégicos para o futuro da empresa e para sua contribuição no crescimento econômico do país.

**5.** Atenção ao parque de refino e abastecimento nacional – Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, as regiões Norte e Nordeste irão apresentar fortes déficits na produção de derivados na próxima década. Nesse sentido, entendemos ser estratégica a retomada do aumento da capacidade de refino nacional, com o parque sob controle da Petrobrás, de modo a garantir o abastecimento do país. Este processo ganha relevância com a proposta de priorizar a exportação de derivados e não de óleo cru, gerando mais e melhores empregos para o povo brasileiro.

**6.** Os petroleiros defendem a manutenção do Modelo de Partilha de Produção nos campos petrolíferos considerados estratégicos e no polígono do pré-sal, com a retomada da estatal como operadora única. Em relação aos tributos que incidem sobre o setor, dada a profunda destruição do Brasil, a questão fiscal vai assumir papel central na reconstrução do país e, cientes da carência de recursos, os petroleiros defendem a revisão da estrutura tributária da área de óleo e gás, com destaque para: Revisão do Repetro, revisão da Lei nº 13.586 (dedução dos custos e despesas do sistema de partilha no IRPJ e CSLL) e revisão da decisão do CNPE de permitir que a ANP reduza os royalties em campos de baixa e média produção, condicionando essa decisão a um teto do valor do barril. Há investimentos para o aumento do Fator de Recuperação dos campos e para a

geração de mais e melhores empregos, com respeito às normas internacionais do trabalho e aos acordos e às convenções 3 coletivas de trabalho, por parte das empresas beneficiadas por essa redução.

**7.** Entendemos que a Petrobrás pode contribuir muito para o processo de transição energética justa. Para tanto, estamos propondo a revitalização do programa de biocombustíveis, com a preservação da PBio - Petrobras Biocombustíveis - e a retomada de suas plantas de produção de biocombustíveis. Nesse ponto, entendemos ser estratégico o retorno da atividade da Petrobrás na geração de energia por meio de usinas eólicas e solares, assim como o investimento em pesquisas para o desenvolvimento do hidrogênio verde. Ainda sobre o tema da transição energética, entendemos que a produção de energia elétrica por meio de termoelétricas a gás natural será uma necessidade do país nos próximos anos, inclusive como preparação para uma transição energética efetiva, com o fechamento das termoelétricas movidas a carvão e óleo diesel. A perspectiva de barateamento do gás natural no curto/ médio prazo amplia essa oportunidade.

## Proposta da FUP:

### Resgate dos direitos dos trabalhadores e da liberdade sindical

**Criarmos um calendário de reuniões para apresentação e contribuições da FUP para o novo Plano Estratégico da Petrobrás.**

**A categoria petroleira vem sofrendo vários ataques**, em diversas frentes, desde a implantação do golpe na Presidenta Dilma. Em especial no seu Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Se compararmos o número de cláusulas entre o ACT 2015 e o ACT 2020, foram reduzidas em 80 cláusulas. Além disso, a categoria acumula perdas salariais de 3,8% no período, redução de mais de 20 mil trabalhadores próprios via Planos de Demissão Voluntário e reduções de investimentos em saúde e segurança.

É preciso retomar com os espaços de negociação entre os trabalhadores, representados pelos sindicatos e a nova gestão da empresa. As políticas de recursos humanos e a implantação de novos direitos precisam, cada vez mais, de mesas de negociações forte e transparentes.

Neste espírito, segue abaixo lista de temas a tratar com a Petrobrás:

- 1.** Buscar resolver os atuais problemas na AMS e na PETROS;
- 2.** Modificar a política de remuneração variável (PLR x PPP);
- 3.** Resolver os diversos problemas causados pela mudança no Plano de Cargos e Remuneração (PCAC x PCR);
- 4.** Tratar de temas relacionados a relações de trabalho, como o Teletrabalho, PCD (pessoas com deficiências) e a Recomposição de Efetivo via Concursos Públicos;
- 5.** Buscar implementar uma política de saúde e segurança, com mais investimentos e contribuições dos trabalhadores na concepção;
- 6.** Procurar fortalecer as Comissões de Diversidades e combate às opressões dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás;
- 7.** Rever as punições e demissões de trabalhadores e dirigentes sindicais;

**Proposta da FUP:**

- 8.** Criar espaços de participação dos trabalhadores e seus representantes sindicais no processo de transição energética da empresa, implementando uma transição justa;
- 9.** Garantir direitos aos trabalhadores próprios, terceirizados e do setor privado – rever os PDVs e as transferências abusivas; recuperar os direitos perdidos em nosso ACT, ao longo dos últimos anos – a exemplo do Banco de Horas, HETT, pagamento de horas extras, tabelas de turno; rever o modelo de contratação de serviços de forma que ajude na reconquista de direitos dos terceirizados como pisos salariais, plano de saúde para dependentes e fundo garantidor;
- 10.** Relações com o movimento sindical – acabar com ações antissindicais, punição ou perseguição de dirigentes sindicais e trabalhadores com suspensões, demissões e processos judiciais, além de garantir autonomia as negociações locais.

**Construir um processo de mesa de negociação permanente nacional e local, com fortalecimento dos Grupos de Trabalhos e Comissões.**

---

**Deyvid Bacellar**

Coordenador Geral da FUP

Direção Colegiada